

Aula 10

*TJ-PR (Técnico Judiciário) Passo
Estratégico de Direito Processual Penal -
2025 (Pós-Edital)*

Autor:

Marcella Mendes

19 de Agosto de 2025

Índice

1) O que é mais cobrado dentro do assunto - Procedimento comum (com Jecrim) e especial funcionário públ	3
2) Roteiro de revisão - Procedimento comum (com Jecrim e Júri) e especial funcionário público	4
3) Aposta estratégica - Procedimento comum (com Jecrim) e especial funcionário público	31
4) Questões estratégicas - Procedimentos - INSTITUTO AOCP	33
5) Questionário de revisão - Procedimento comum (com Jecrim) e especial funcionário público	42
6) Lista de Questões estratégicas - Procedimentos - INSTITUTO AOCP	47



O que é mais cobrado dentro do assunto?

Considerando os tópicos que compõem o nosso assunto, possuímos a seguinte distribuição percentual:

Tópico	% de cobrança Concursos
Procedimento comum sumaríssimo	60%
Procedimento comum ordinário	30 %
Procedimento comum sumário	5 %
Procedimento e julgamento dos crimes cometidos por funcionário público	5%

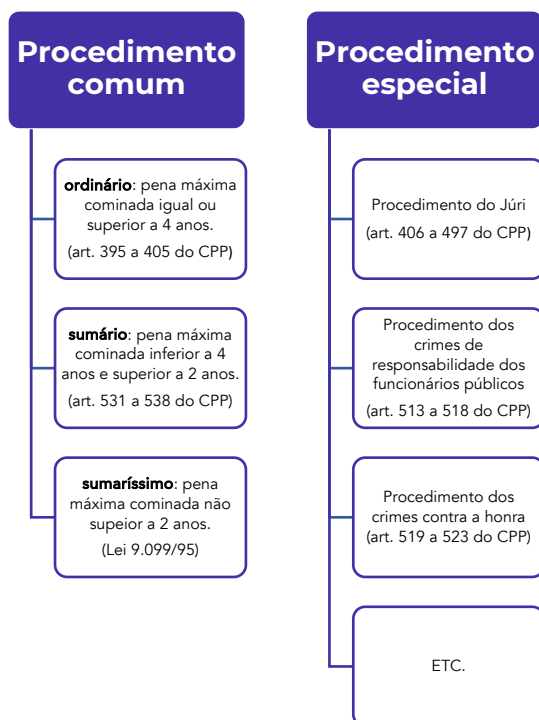


ROTEIRO DE REVISÃO E PONTOS DO ASSUNTO QUE MERECEM DESTAQUE

A ideia desta seção é apresentar um roteiro para que você realize uma revisão completa do assunto e, ao mesmo tempo, destacar aspectos do conteúdo que merecem atenção.

As bancas costumam cobrar muito a literalidade dos dispositivos constitucionais e legais. Muitas vezes, elas apenas trocam ou acrescentam palavras para confundir o candidato. Dessa forma, sugerimos a leitura atenta dos **artigos 394 ao 405 do Código de Processo Penal e Lei 9.099 de 1995**. Leia e releia tais dispositivos, buscando memorizá-los aos poucos (a memorização virá com o tempo, não se preocupe em decorar de uma só vez tudo).

Procedimento. Procedimento é uma sucessão de atos praticados de acordo com a legislação. O conjunto desses atos consubstancia o processo. Procedimento é dividido em comum e especial. O procedimento comum é previsto no CPP e na Lei 9.099/95, enquanto o especial pode ser encontrado também no CPP e em algumas leis esparsas.



Procedimento comum. Para definir o procedimento, consideramos os parâmetros da pena máxima cominada. Também é preciso levar em conta qualificadoras, privilégios, causas de aumento (no patamar máximo) e de diminuição (no patamar mínimo) da pena, além do concurso de crimes. Eventuais agravantes e atenuantes não são contabilizadas.

Exceção que não segue os critérios de definição de rito trazido pelo art. 394 do CPP:
→ infrações que ensejam a aplicação da Lei Maria da Penha: é vedada aplicação da Lei 9.099/95 e, conseqüentemente, a adoção do rito sumaríssimo. Deve-se seguir o rito ordinário ou sumário, a depender da quantidade de pena.

Como prevê o art. 394, §§ 4º e 5º, do CPP, as disposições dos arts. 395 a 398 do CPP aplicam-se a todos os procedimentos penais de primeiro grau, inclusive os especiais. Ademais, há previsão expressa de aplicação subsidiária das disposições do procedimento ordinário aos procedimentos especiais, sumário e sumaríssimo.

Segundo art. 394-A do CPP, os **processos que apurem a prática de crime hediondo ou violência contra a mulher terão prioridade de tramitação em todas as instâncias. Recorrente!**

E mais:

- Os processos que apurem violência contra a mulher independem do pagamento de custas, taxas ou despesas processuais, salvo em caso de má-fé. Essas isenções se aplicam apenas à vítima e, em caso de morte, ao cônjuge, ascendente, descendente ou irmão, quando a estes couber o direito de representação ou de oferecer queixa ou prosseguir com a ação.

Procedimento comum ordinário. Inicia-se com o oferecimento da denúncia ou da queixa, que poderá ser aceita ou rejeitada pelo magistrado. Prevê o importantíssimo art. 395 do CPP que a denúncia ou queixa será rejeitada quando:

- For manifestamente inepta:
- Faltar pressuposto processual ou condição para o exercício da ação penal
- Faltar justa causa para o exercício da ação penal

A doutrina entende que, superada a causa de rejeição, é possível a propositura de nova acusação.

Contra a decisão que rejeitar a peça acusatória, caberá a interposição de recurso em sentido estrito. Nessa ocasião, deve-se citar o autor do fato para que apresente suas contrarrazões.

Contra a decisão que receber denúncia ou queixa, não há previsão legal de recurso específico. Contudo, a jurisprudência admite a impetração de HC para trancar a ação penal, exceto se a única pena cominada for a de multa. Nesse sentido, vale a pena recordarmos o teor da súmula 693 do STF:



Súmula 693, STF: Não cabe habeas corpus contra decisão condenatória a pena de multa, ou relativo a processo em curso por infração penal a que a pena pecuniária seja a única cominada.

Havendo qualquer tipo de dúvida, o magistrado deve receber a denúncia e buscar dirimi-la no curso do processo. Segundo doutrina majoritária, não se aplica o princípio do *in dubio pro reo* neste momento processual de recebimento da denúncia.

O próximo passo, após o oferecimento da peça acusatória e o seu recebimento, é a **citação do acusado** para **responder à acusação**, por escrito, no **prazo de 10 dias**.

Como já estudamos na última aula, a citação, como regra, deve ser pessoal. Sendo impossível sua realização, pode ocorrer a citação por edital ou a citação por hora certa.

E, aqui, teremos uma diferença de caminhos a seguir:

- Se o réu for citado pessoalmente ou por hora certa e não apresentar resposta à acusação, ocorrerá a revelia e o processo seguirá sem sua presença. No processo penal, ao contrário do que ocorre no processo civil, a revelia não gera presunção de veracidade dos fatos trazidos pela acusação. Sua única consequência é que o acusado não será mais intimado para os atos processuais. Apesar disso, seu defensor permanece atuando e sendo regularmente intimado.

- Se o réu for citado por edital e não responder à acusação, o processo e o prazo prescricional ficam suspensos. Entretanto, caso o acusado atenda à citação, diz o parágrafo único do art. 396 do CPP, que o prazo para a defesa apresentar resposta à acusação começará a fluir a partir do comparecimento pessoal do acusado ou do defensor constituído.

Vamos ler atentamente o art. 396 do CPP, pois sua redação é cobrada em muitas provas:

Art. 396. Nos procedimentos ordinário e sumário, oferecida a denúncia ou queixa, o juiz, se não a rejeitar liminarmente, **recebê-la-á e ordenará a citação** do acusado para **responder à acusação**, por escrito, no **prazo de 10 (dez) dias**.

Parágrafo único. No caso de **citação por edital**, o prazo para a defesa começará a fluir a partir do **comparecimento pessoal do acusado** ou do **defensor constituído**.

Na resposta à acusação, o acusado poderá arguir preliminares e alegar tudo o que interesse à sua defesa, oferecer documentos e justificativas, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas. Esse é o momento processual para arrolar testemunhas, sob pena de preclusão.



Se a resposta à acusação não for apresentada no prazo legal, ou se o acusado regularmente citado não apresentar um advogado, o juiz nomeará um defensor para oferecer a resposta, concedendo-lhe vista dos autos por 10 dias. A falta de resposta à acusação gera nulidade absoluta, o que a torna imperiosa, inclusive, ao revel.

Após a apresentação da resposta, o juiz poderá absolver sumariamente o acusado e encerrar, desde já, o processo. Segundo o art. 397 do CPP, o juiz deverá absolver sumariamente o acusado quando verificar:

- Existência manifesta de causa excludente da ilicitude do fato;
- Existência manifesta de causa excludente da culpabilidade do agente, **salvo inimputabilidade**;
- Que o fato narrado evidentemente não constitui crime; ou
- Extinta a punibilidade do agente.

No caso de inimputabilidade do agente, o juiz não absolve sumariamente e deve obedecer ao devido processo legal. A razão disso é que o agente inimputável (art. 26, caput, do CP) não receberá jamais uma sentença condenatória, mas sim uma sentença absolutória imprópria, que o obriga a se submeter à medida de segurança. Dessa forma, a única maneira de não receber a sanção estatal é provando-se sua inocência em relação ao fato apurado. Assim, o juiz não absolve, de pronto, o inimputável e deixa o processo seguir. Se, ao final do processo, não se comprovar qualquer outra tese defensiva, aí sim o juiz o absolverá e determinará a respectiva medida de segurança.

Para que o juiz absolva sumariamente um acusado, é preciso um grau de certeza. Se houver qualquer dúvida ou for necessária dilação probatória, aplica-se o princípio do *in dubio pro societate*, e o processo segue seu curso regular.

A decisão de absolvição sumária faz coisa julgada formal e material, pois é considerada uma decisão de mérito. Dessa forma, não caberá denúncia ou queixa sobre o mesmo fato posteriormente.

Da decisão que absolver sumariamente o acusado, caberá apelação no prazo de 5 dias. Se essa apelação for acolhida pelo Tribunal, os autos retornarão ao juízo de primeiro grau para que se desenvolva a instrução probatória. Não é possível que o Tribunal, de plano, julgue o mérito do processo.

As questões de prova, na maioria das vezes, não costumam ser criativas em relação ao assunto que tratamos nesta aula. Ao resolvê-las, observamos que as bancas repetem questões em que apenas alteram as causas de rejeição da peça acusatória e as causas de absolvição sumária. Portanto, caro aluno, vamos esquematizar para ajudar na fixação do tema.:



Causas de rejeição da denúncia ou da queixa (art. 395 do CPP)	Causas de absolvição sumária (art. 397 do CPP)
<p>Art. 395. A denúncia ou queixa será rejeitada quando:</p> <p>I - for manifestamente inepta;</p> <p>II - faltar pressuposto processual ou condição para o exercício da ação penal; ou</p> <p>III - faltar justa causa para o exercício da ação penal.</p>	<p>Art. 397. Após o cumprimento do disposto no art. 396-A, e parágrafos, deste Código, o juiz deverá absolver sumariamente o acusado quando verificar:</p> <p>I - a existência manifesta de causa excludente da ilicitude do fato;</p> <p>II - a existência manifesta de causa excludente da culpabilidade do agente, salvo inimputabilidade;</p> <p>III - que o fato narrado evidentemente não constitui crime; ou</p> <p>IV - extinta a punibilidade do agente.</p>

No procedimento ordinário, a audiência de instrução e julgamento deve ser **una**, realizada no **prazo máximo de 60 dias**.

O acusado preso será requisitado para comparecer ao interrogatório, devendo o poder público providenciar sua apresentação.

O juiz que presidiu a audiência deverá proferir sentença. Trata-se do princípio da identidade física do juiz.

Na audiência, observar-se-á a seguinte ordem:

- 1º) declaração do ofendido;
- 2º) inquirição das testemunhas arroladas pela acusação;
- 3º) inquirição das testemunhas arroladas pela defesa;
- 4º) esclarecimento dos peritos;
- 5º) acareações e reconhecimento de pessoas e coisas;
- 6º) interrogatório do acusado (**sempre por último**).



Devemos ter uma atenção especial ao art. 400-A do CPP, que transcrevo abaixo, pois se trata de uma modificação legal relativamente recente:

Art. 400-A. Na audiência de instrução e julgamento, e, em especial, nas que apurem crimes contra a dignidade sexual, todas as partes e demais sujeitos processuais presentes no ato deverão zelar pela integridade física e psicológica da vítima, sob pena de responsabilização civil, penal e administrativa, cabendo ao juiz garantir o cumprimento do disposto neste artigo, vedadas:

I - a manifestação sobre circunstâncias ou elementos alheios aos fatos objeto de apuração nos autos;

II - a utilização de linguagem, de informações ou de material que ofendam a dignidade da vítima ou de testemunhas.

As provas serão produzidas numa só audiência, podendo o juiz indeferir as consideradas irrelevantes, impertinentes ou protelatórias. **Recorrente!**

Os esclarecimentos dos peritos dependerão de prévio requerimento das partes.

Na instrução do procedimento ordinário, poderão ser inquiridas até 8 testemunhas da acusação e 8 testemunhas da defesa. Nesse número não serão compreendidas as que não prestarem compromisso. **Recorrente!**

Importante lembrar que essa limitação de testemunhas se dá por fato apurado e por agente acusado.

A parte poderá desistir da inquirição de qualquer das testemunhas arroladas, salvo aquelas consideradas como testemunhas do juízo. **Recorrente!**

Produzidas as provas, ao final da audiência, o Ministério Público, o querelante, o assistente e, a seguir, o acusado poderão requerer diligências cuja necessidade se origine de circunstâncias ou fatos apurados na instrução.

Se não houver diligências, ou se estas forem indeferidas, serão oferecidas alegações finais orais por 20 minutos, respectivamente pela acusação e pela defesa, prorrogáveis por mais 10 minutos. Esse tempo é considerado individualmente para cada acusado.

Se houver assistente de acusação, após as alegações do MP, serão oferecidos 10 minutos para sua manifestação. Nesse caso, em respeito ao princípio da paridade de armas, é acrescentado igual período ao tempo de manifestação da defesa.

Finda a dinâmica de alegações finais, o juiz proferirá a sentença.



“O juiz poderá, considerada a complexidade do caso ou o número de acusados, conceder às partes o prazo de 5 (cinco) dias sucessivamente para a apresentação de memoriais. Nesse caso, terá o prazo de 10 (dez) dias para proferir a sentença”. – Importante: essa disposição do art. 403, § 3º, do CPP é uma **faculdade do juiz**. Se ele não entender cabível, as manifestações deverão ser feitas oralmente em audiência.

Se for o caso de realização de diligências, após sua concretização, as partes apresentarão suas alegações finais por memoriais escritos em 5 dias. E, em 10 dias, o juiz proferirá sentença.

Importante: em processo penal, há prazo diferenciado para MP e Defensoria Pública?

MP: não. Seus prazos são contados normalmente.

Defensoria Pública: sim. Todos os prazos são contados em dobro.

Não confundir: membro do MP e defensor público terão a prerrogativa de intimação pessoal.

Sempre que possível, o registro dos depoimentos do investigado, indiciado, ofendido e testemunhas será feito pelos meios ou recursos de gravação magnética, estenotipia, digital ou técnica similar, inclusive audiovisual, destinada a obter maior fidelidade das informações.

Procedimento comum sumário. Será aplicado, como regra, ao crime cuja pena máxima não ultrapasse 4 anos e a pena mínima seja superior a 2 anos.

Também se aplica o procedimento sumário:

- Ao processo e julgamento de crimes falimentares;
- Quando, nos crimes sujeitos ao Juizado Especial Criminal, o acusado não for encontrado para ser pessoalmente citado e quando a causa for considerada complexa.

O procedimento sumário segue tudo que comentamos em relação às regras de rejeição da denúncia, resposta à acusação e absolvição sumária. Por isso, vamos apenas remeter a leitura para esses tópicos já abordados e focar nas diferenças entre os ritos.

No caso do procedimento sumário, o prazo máximo para a realização da audiência é de **30 dias**.

O número de testemunhas também é alterado: **5 testemunhas da acusação e 5 testemunhas da defesa**.



Não há previsão expressa no CPP sobre a possibilidade de alegações finais por memoriais. Todavia, na prática, é possível observar-se pelo acordo em apresentá-las por escrito.

Segundo o art. 535 do CPP, no rito sumário, “nenhum ato será adiado, salvo quando imprescindível a prova faltante, determinando o juiz a condução coercitiva de quem deva comparecer”.

Abaixo, esquematizamos um quadro com as diferenças entre os ritos ordinário e sumário que mais aparecem em prova.

Procedimento Comum Ordinário	Procedimento Comum Sumário
8 testemunhas para acusação e defesa, cada.	5 testemunhas para acusação e defesa, cada.
Audiência em no máximo 60 dias	Audiência em no máximo 30 dias

Tribunal do Júri.

Conceito. O Tribunal do Júri é um **órgão especial do Poder Judiciário** de primeira instância, pertencente à Justiça Comum (Estadual ou Federal), **colegiado** e **heterogêneo**, formado por **um juiz togado**, que é seu presidente, e por **25 (vinte e cinco) jurados, 7 (sete) dos quais compõem o conselho de sentença**, que tem competência para o processo e **julgamento dos crimes dolosos contra a vida**.

Número de jurados do tribunal do Júri
25 jurados compõem o Tribunal do Júri.
15 jurados é o número mínimo de jurados que devem estar presentes para instalação dos trabalhos do Tribunal do Júri.
7 jurados compõem o Conselho de Sentença.

Princípios Constitucionais do Júri

De acordo com o art. 5º, inciso XXXVIII, da Constituição Federal, é reconhecida a instituição do júri, com organização que lhe der a lei, assegurados:

- a) plenitude de defesa;
- b) o sigilo das votações;



c) a soberania dos veredictos;

d) a competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida.

3.1 Plenitude de defesa

É assegurada no âmbito do júri. A plenitude de defesa é um plus em relação à ampla defesa.

Diferença entre plenitude de defesa e ampla defesa: No âmbito do júri, a defesa não precisa se valer exclusivamente de argumentos técnicos. No júri, julgamento por pessoas do povo, pelos seus pares, que não necessariamente têm formação jurídica, a defesa pode se valer de argumentos emocionais, de política criminal, sociológicos, religiosos etc.

Sigilo das votações

Por força dos sigilos das votações, os jurados devem se manter incomunicáveis ao longo do julgamento, como forma de garantir a pluralidade de decisões.

A incomunicabilidade diz respeito ao processo. Logo, podem conversar sobre assuntos não relacionados com o processo.

Soberania dos veredictos

Um tribunal formado por juízes togados não pode modificar, no mérito, a decisão proferida pelos jurados. A Constituição outorga ao Tribunal do Júri a competência para julgar os crimes dolosos contra a vida. Por isso, os jurados, em relação às suas decisões, são soberanos.

Cumprido salientar que este princípio não é absoluto, pois, no julgamento da revisão criminal, o Tribunal de Justiça poderá absolver o réu condenado injustamente pelo júri em sentença transitada em julgado.

Competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida

É uma competência mínima que pode ser ampliada, desde que haja legislação nesse sentido. A competência do júri pode ser ampliada. Além de julgar os crimes dolosos contra a vida, o júri também julga os crimes conexos e continentais, os quais são, por aquele, atraídos (salvo eleitorais e militares).



CUIDADO: Crimes que NÃO são de competência do Júri

- ❖ **Latrocínio** (Roubo com resultado morte) - é considerado crime contra o patrimônio e não contra a vida.

Súmula nº 603 do STF:

"A competência para o processo e julgamento de latrocínio é do juiz singular e não do tribunal do júri."

- ❖ **Foro por prerrogativa de função previsto na Constituição Federal:** diante do princípio da especialidade, caso determinado agente possua foro por prerrogativa de função previsto na Constituição Federal, deverá ser processado e julgado perante o respectivo Tribunal, desde que o crime tenha sido cometido durante o exercício do cargo e relacionado às funções (entendimento este de acordo com o julgado na Questão de Ordem na Ação Penal nº 937 - STF).

Todavia, se o foro por prerrogativa de função do agente estiver previsto **exclusivamente** na Constituição Estadual, deve prevalecer a Constituição Federal, com a consequente sujeição do agente a julgamento perante o júri, nos termos da Súmula nº 721 do STF (súmula vinculante nº 45)

Súmula nº 721 do STF (súmula vinculante nº 45):

"A competência constitucional do Tribunal do Júri prevalece sobre o foro por prerrogativa de função estabelecido exclusivamente pela constituição estadual".

- ❖ **Ato Infracional:** conduta descrita como crime ou contravenção penal cabendo ao Juizado da Infância e da Juventude o julgamento.
- ❖ **Genocídio:** não é considerado um crime contra a vida, pois tutela, na verdade, a existência de grupo nacional, étnico, racial ou religioso.
- ❖ **Crime político de matar o Presidente da República, do Senado Federal, da Câmara dos Deputados ou do Supremo Tribunal Federal:** cuidando-se de crime político previsto no



art. 29 da Lei de Segurança Nacional (L. 7.170/83), não há de falar em crime doloso contra a vida.

- ❖ **Crime doloso contra a vida praticado por militares das Forças Armadas contra civis em um dos contextos elencados pelo art. 9º, §2º (Garantia da Lei e da Ordem), do Código Penal Militar:** Caso um crime de homicídio doloso venha a ocorrer por MILITARES DA FORÇAS ARMADAS (Exército, Marinha e Aeronáutica) em face de civis em missão de cumprimento de Garantia da Lei e da Ordem (Ex. Ocupação do Exército nas comunidades do Rio de Janeiro), a competência para julgamento será da Justiça Militar.

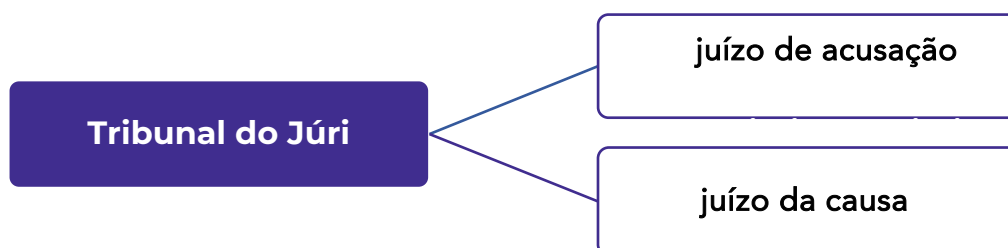
Atenção: caso o crime doloso contra a vida de civil seja praticado por Policiais Militares ou Civis, a competência será do Tribunal do Júri, nos termos do art. 125 §4º da Constituição Federal.

Art. 125 (...)

*§4º Compete à Justiça Militar estadual processar e julgar os militares dos Estados, nos crimes militares definidos em lei e as ações judiciais contra atos disciplinares militares, **ressalvada a competência do júri quando a vítima for civil, cabendo ao tribunal competente decidir sobre a perda do posto e da patente dos oficiais e da graduação das praças.***

Procedimento bifásico do Tribunal do Júri

No procedimento do Tribunal do Júri, há dois procedimentos distintos. Ele é, portanto, **bifásico (escalonado)**.



1ª Fase: sumário da culpa ("*iudicium accusationis*")

É a fase da formação de culpa ou juízo de admissibilidade da acusação. Tramita exclusivamente perante o juiz-presidente (togado).

Essa fase se assemelha muito ao procedimento comum ordinário do Código de Processo Penal, com as seguintes diferenças:

Diferenças entre a 1ª fase do tribunal do júri e o procedimento ordinário
Manifestação do autor da ação penal após a resposta escrita do réu: só existe essa previsão, segundo o CPP, para o Tribunal do Júri.
Prazo máximo para realização da audiência de instrução e julgamento: 10 dias para o Tribunal do Júri, 60 dias para o procedimento ordinário.
Inexistência da fase de diligências no procedimento do Tribunal do Júri.
Alegações finais sempre orais.
Prazo para conclusão da primeira fase do Tribunal do júri: 90 dias, não havendo previsão em lei de prazo para a conclusão do procedimento ordinário.

Ao final da primeira fase do procedimento, surgem para o juiz 4 (quatro) decisões possíveis: **pronúncia, impronúncia, absolvição sumária e desclassificação.**

a. PRONÚNCIA (Art. 413 CPP)

Art. 413. O juiz, fundamentadamente, pronunciará o acusado, se convencido da materialidade do fato e da existência de indícios suficientes de autoria ou de participação.

Quando houver indícios suficientes de **autoria e prova da materialidade delitiva**, a decisão será de pronúncia, a qual submeterá o réu a julgamento em plenário.

Esta decisão deve se pautar apenas em um **juízo de probabilidade**, e não de certeza. Por isso, quando da pronúncia, o juiz não deve demonstrar claramente seu convencimento acerca do mérito da causa ou, em outros termos, não deve afastar peremptoriamente teses defensivas ou antecipar juízo de culpa, **evitando-se, desse modo, o chamado excesso de linguagem** (eloquência acusatória).



Ademais, de acordo com posicionamento majoritário do STJ, em fase de pronúncia vigora o princípio do *in dubio pro societate* e não o princípio do *in dubio pro reo*. Ou seja, na dúvida, deve o juiz pronunciar o réu para que ela seja esclarecida pelos jurados, verdadeiros juízes da causa.

O recurso cabível contra a decisão de pronúncia é o **RECURSO EM SENTIDO ESTRITO**.

b. IMPRONÚNCIA (Art. 414 CPP)

Art. 414. Não se convencendo da materialidade do fato ou da existência de indícios suficientes de autoria ou de participação, o juiz, fundamentadamente, impronunciará o acusado.

Parágrafo único. Enquanto não ocorrer a extinção da punibilidade, poderá ser formulada nova denúncia ou queixa se houver prova nova.

Se **não houver indícios suficientes de autoria ou prova da materialidade delitiva**, a decisão será de impronúncia. Em caso de decisão de impronúncia, caso surjam novas provas, será possível o oferecimento de nova denúncia desde que não extinta a punibilidade do réu.

O recurso cabível contra a decisão de impronúncia é a **APELAÇÃO**.

c. ABSOLVIÇÃO SUMÁRIA (Art. 415 CPP)

Art. 415. O juiz, fundamentadamente, absolverá desde logo o acusado, quando:

I – provada a inexistência do fato;

II – provado não ser ele autor ou partícipe do fato

III – o fato não constituir infração penal;

IV – demonstrada causa de isenção de pena ou de exclusão do crime.

Parágrafo único. Não se aplica o disposto no inciso IV do caput deste artigo ao caso de inimizabilidade prevista no caput do art. 26 do Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, salvo quando esta for a única tese defensiva.



A absolvição sumária é uma decisão que julga o mérito da ação penal em momento antecipado. É, em certa forma, um julgamento antecipado da lide penal que faz coisa julgada material e impede o oferecimento de nova ação penal versando sobre os mesmos fatos narrados na denúncia.

Hipóteses de absolvição sumária no tribunal do júri

Provada a inexistência do fato;
Provado não ser o acusado o autor ou partícipe do fato;
O fato não constituir infração penal;
Demonstrada causa de isenção de pena ou de exclusão de crime, exceto no caso de inimputabilidade prevista no art. 26, caput, do CP, salvo quando esta for a única tese defensiva.

Em qualquer hipótese, a absolvição sumária exige sempre **um juízo de certeza** para que a decisão seja proferida.

O recurso cabível contra a decisão de absolvição sumária é a APELAÇÃO.

d. DESCLASSIFICAÇÃO (Art. 419 CPP)

Art. 419. Quando o juiz se convencer, em discordância com a acusação, da existência de crime diverso dos referidos no § 1º do art. 74 deste Código e não for competente para o julgamento, remeterá os autos ao juiz que o seja.

Quando o juiz se convencer, em discordância com a acusação, da existência de **crime que não seja doloso contra a vida e não for competente para o seu julgamento**, fará a desclassificação do crime, remetendo os autos ao juízo competente. Essa hipótese de desclassificação é conhecida como **desclassificação própria**.

Por sua vez, entende-se que opera a **desclassificação imprópria** toda vez em que o crime originariamente imputado na denúncia e o crime desclassificado são dolosos contra a vida, a exemplo da desclassificação do crime de homicídio para o crime de infanticídio. Nesta hipótese, a competência do tribunal do júri permanecerá.



2ª Fase: julgamento em plenário ("*iudicium causae*")

O início da segunda fase se dá com a abertura de vista dos autos às partes para que, no prazo de 5 (cinco) dias, arrole as testemunhas que pretendem ouvir em plenário, até o máximo de 05 (cinco), e não mais 08 (oito), como na primeira fase, juntem documentos e requeiram diligências.

Em seguida, o juiz ordena as diligências necessárias para sanar qualquer nulidade ou esclarecer fato que interesse ao julgamento da causa, assim como fará relatório sucinto do processo determinando sua inclusão em pauta.

DESAFORAMENTO

O desaforamento é instituto que implica, apenas e tão somente, o deslocamento de julgamento da causa para comarca distinta daquela perante a qual tramitou a primeira fase do procedimento, de preferência comarca mais próxima, onde não subsistam mais os motivos determinantes. Nota-se que a comarca em que será realizado o julgamento da causa não necessariamente é a capital do Estado-membro. Para que esta seja a comarca escolhida, é preciso que haja justificativa plausível.

Em regra, uma vez determinado o desaforamento, não se admite reaforamento, devolução do julgamento da causa à comarca de origem por desaparecimento dos motivos que ensejaram o desaforamento.

As hipóteses de desaforamento encontram-se previstas no art. 427 do CPP:

Art. 427. Se o interesse da ordem pública o reclamar ou houver dúvida sobre a imparcialidade do júri ou a segurança pessoal do acusado, o Tribunal, a requerimento do Ministério Público, do assistente, do querelante ou do acusado ou mediante representação do juiz competente, poderá determinar o desaforamento do julgamento para outra comarca da mesma região, onde não existam aqueles motivos, preferindo-se as mais próximas.



A segunda hipótese de desaforamento vem prevista no art. 428 do CPP:

Art. 428. O desaforamento também poderá ser determinado, em razão do comprovado excesso de serviço, ouvidos o juiz presidente e a parte contrária, se o julgamento não puder ser realizado no prazo de 6 (seis) meses, contado do trânsito em julgado da decisão de pronúncia.

De outro lado, não havendo excesso de serviço ou existência de processos aguardando julgamento em quantidade que ultrapasse a capacidade de apreciação do Tribunal do Júri nas reuniões periódicas previstas para o exercício, o acusado poderá requerer ao tribunal de segunda instância que determine a imediata realização do julgamento.

Hipóteses de desaforamento
Interesse da Ordem Pública.
Dúvida sobre a imparcialidade do júri.
Falta de segurança pessoal do acusado.
Quando o julgamento não for realizado no prazo de 06 (seis) meses, contado da preclusão da decisão de pronúncia, desde que comprovado excesso de serviço e evidenciado que a demora não foi provocada pela parte.

A **legitimidade para requerer o desaforamento** será do Ministério Público, do assistente de acusação, do querelante ou do acusado ou mediante representação do Juiz competente. Caso a medida não tenha sido solicitada pela defesa, esta deve ser intimada para ser ouvida, nos termos da Súmula 712 do STF:

Súmula 712 do STF:

"É nula a decisão que determina o desaforamento de processo de competência do júri sem audiência da defesa".

JURADOS

Quem pode ser jurado? Maiores de 18 (dezoito) anos, de notória idoneidade.

Os jurados exercem função obrigatória; por isso, a recusa injustificada ao serviço do júri acarretará multa no valor de 1 (um) a 10 (dez) salários mínimos, a critério do juiz, de acordo com a condição econômica do jurado.



No entanto, os jurados podem se recusar a exercer esse *munus* público com base em convicção religiosa, filosófica ou política, mas deverão prestar um serviço alternativo, sob pena de suspensão dos direitos políticos enquanto não houver a prestação do serviço imposto (a essa faculdade é dado o nome de **escusa de consciência**).

De outro lado, o exercício da função de jurado constitui serviço público relevante, estabelecendo **presunção de idoneidade moral**.

Cumprе ressaltar que dos jurados exige-se o dever de imparcialidade, e, por isso, a eles são aplicadas as regras de impedimento e suspeição previstas para o magistrado no art. 252 e 254 do CPP.

O JULGAMENTO

É possível a realização do julgamento independente da presença do réu, seja o crime afiançável, seja inafiançável, só sendo obrigatória a sua presença se ele estiver preso, mas, ainda assim, pode ser dispensada a sua presença pelo juiz, mediante requerimento subscrito por ele e por seu advogado.

Se a falta sem justificativa for do **advogado** do acusado e se outro não for por este constituído, o fato será imediatamente **comunicado à OAB** sendo o julgamento adiado somente uma vez, devendo o acusado ser julgado quando chamado novamente. Nessa ocasião, **juiz intimará a defensoria pública** para o novo julgamento.

Não comparecendo o membro do **Ministério Público** à sessão de julgamento, o juiz adiará o julgamento para o primeiro dia desimpedido da mesma reunião, e, caso a ausência não seja justificada, **comunicará ao Procurador Geral de Justiça**.

O julgamento só será adiado pela **ausência de testemunha** se a parte a arrolou com a **cláusula de imprescindibilidade**. Nessa hipótese, o juiz poderá determinar a condução coercitiva da testemunha ou adiamento da sessão.

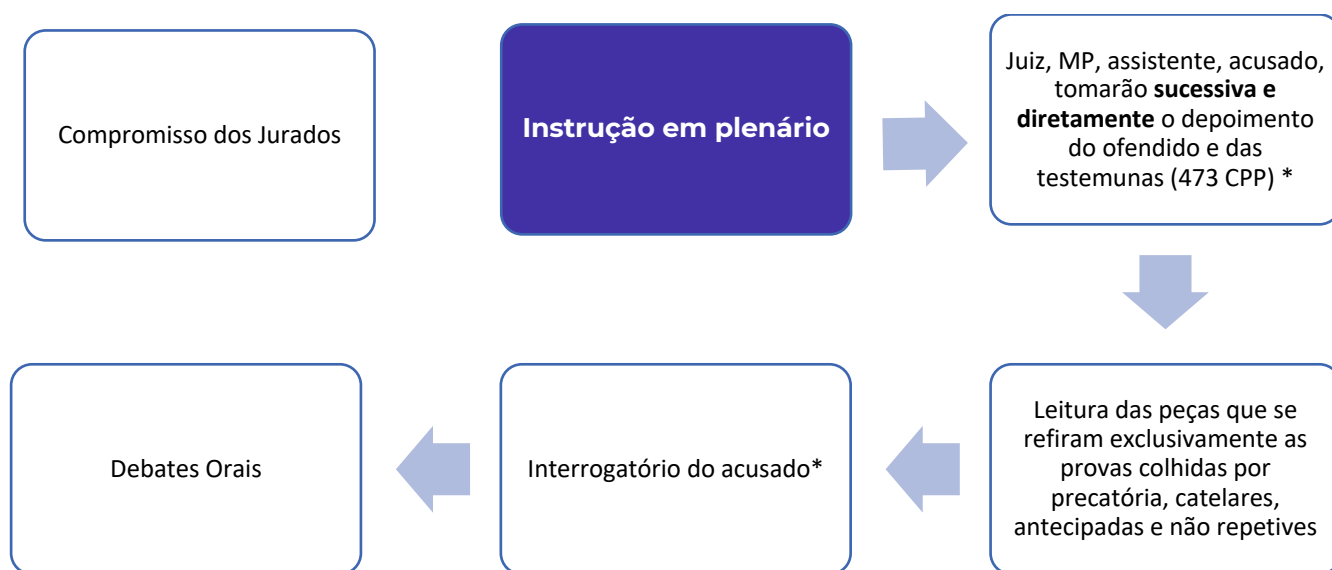
A sessão é declarada aberta com a presença de, pelo menos, **15 (quinze) jurados**.

Em seguida, são sorteados os jurados, oportunidade em que as partes (defesa e MP) podem realizar a recusa **motivada e imotivada**. Formado o **conselho de sentença, os 7 (sete) jurados** prestarão o compromisso a que alude o art. 472 do CPP.



Recusa Motivada	Recusa Imotivada (ou peremptória)
Ocorrerá quando o jurado sorteado incorrer em alguma causa de suspeição, impedimento ou incompatibilidade. Como a recusa é baseada na falta de imparcialidade do jurado sorteado, à parte é facultada a utilização de tantas recusas quantas forem necessárias.	Consiste na recusa de até 3 (três) dos jurados sorteados, sem necessidade de qualquer motivo.

Na sequência, inicia-se a instrução em plenário havendo, nessa ordem, a oitiva da vítima, testemunhas de acusação e de defesa.



* Os jurados também poderão formular perguntas ao ofendido e as testemunhas, porém seus questionamentos devem ser feitos por intermédio do juiz presidente.

* Veda-se o uso de algemas em plenário, só sendo possível o seu uso se absolutamente necessário à ordem dos trabalhos, à segurança das testemunhas ou à garantia da integridade física dos presentes, o que está de acordo com a súmula vinculante 11 do STF.

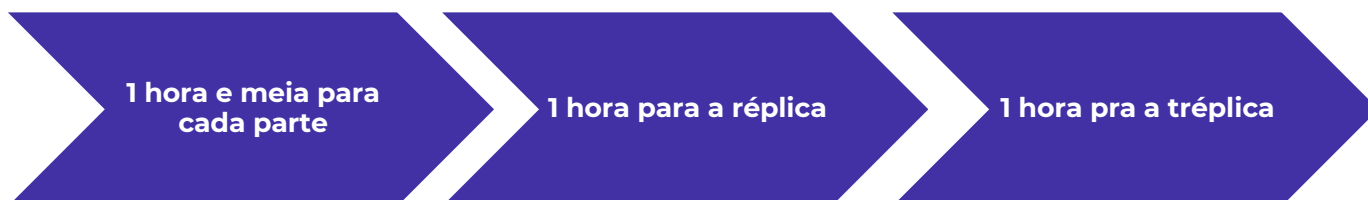
Súmula Vinculante 11

Só é lícito o uso de algemas em casos de resistência e de fundado receio de fuga ou de perigo à integridade física própria ou alheia, por parte do preso ou de terceiros, justificada a excepcionalidade por escrito, sob pena de responsabilidade disciplinar, civil e penal do agente ou da autoridade e de nulidade da prisão ou do ato processual a que se refere, sem prejuízo da responsabilidade civil do Estado.



DEBATES ORAIS

Após a instrução, passa-se aos debates orais, iniciando-se com o Ministério Público, depois com o assistente de acusação e encerrando com a defesa.



- ✓ Havendo mais de um acusador ou mais de um defensor, o tempo será dividido entre eles.
- ✓ Havendo mais de um réu, o tempo dos debates orais é acrescido de uma hora, dobrando-se o tempo da réplica e da tréplica.
- ✓ É possível existirem apartes, intervenções de uma das partes na fala da outra parte, desde que haja autorização expressa do Juiz. Cada aparte dura até 3(três) minutos, tempo este que será devolvido a outra parte.
- ✓ Não havendo réplica, a defesa não terá direito de ir a tréplica, encerrando-se os debates.
- ✓ Doutrina majoritária entende que a defesa pode apresentar nova tese na tréplica com respaldo no princípio constitucional da plenitude de defesa.

Vedações às partes durante o debate e julgamento (art. 478/479 do CPP):

Art. 478. Durante os debates as partes não poderão, sob pena de nulidade, fazer referências:

I – à decisão de pronúncia, às decisões posteriores que julgaram admissível a acusação ou à determinação do uso de algemas como argumento de autoridade que beneficiem ou prejudiquem o acusado;

II – ao silêncio do acusado ou à ausência de interrogatório por falta de requerimento, em seu prejuízo.



Art. 479. Durante o julgamento não será permitida a leitura de documento ou a exibição de objeto que não tiver sido juntado aos autos com a antecedência mínima de 3 (três) dias úteis, dando-se ciência à outra parte.

Parágrafo único. Compreende-se na proibição deste artigo a leitura de jornais ou qualquer outro escrito, bem como a exibição de vídeos, gravações, fotografias, laudos, quadros, croqui ou qualquer outro meio assemelhado, cujo conteúdo versar sobre a matéria de fato submetida à apreciação e julgamento dos jurados.

QUESITACÃO

Os quesitos são perguntas formuladas aos jurados para que se pronunciem quanto ao mérito da acusação. Como os jurados não fundamentam seu voto, vigora o sigilo das votações. Há necessidade de elaboração de quesitos para que se possa colher por maioria o veredicto do Conselho de Sentença.

Os quesitos devem ser redigidos em preposições afirmativas, simples e distintas, de modo que cada um deles possa ser respondido com suficiente clareza e necessária precisão.

A ordem dos quesitos vem disciplinada no art. 483 do CPP:

Art. 483. Os quesitos serão formulados na seguinte ordem, indagando sobre

I – a materialidade do fato;

II – a autoria ou participação;

III – se o acusado deve ser absolvido;

IV – se existe causa de diminuição de pena alegada pela defesa;

V – se existe circunstância qualificadora ou causa de aumento de pena reconhecidas na pronúncia ou em decisões posteriores que julgaram admissível a acusação

§ 1º A resposta negativa, de mais de 3 (três) jurados, a qualquer dos quesitos referidos nos incisos I e II do caput deste artigo encerra a votação e implica a absolvição do acusado.

§ 2º Respondidos afirmativamente por mais de 3 (três) jurados os quesitos relativos aos incisos I e II do caput deste artigo será formulado quesito com a seguinte redação:

O jurado absolve o acusado?

§ 3º Decidindo os jurados pela condenação, o julgamento prossegue, devendo ser formulados quesitos sobre

I – causa de diminuição de pena alegada pela defesa;



II – circunstância qualificadora ou causa de aumento de pena, reconhecidas na pronúncia ou em decisões posteriores que julgaram admissível a acusação.

§ 4º Sustentada a desclassificação da infração para outra de competência do juiz singular, será formulado quesito a respeito, para ser respondido após o 2o (segundo) ou 3o (terceiro) quesito, conforme o caso.

§ 5º Sustentada a tese de ocorrência do crime na sua forma tentada ou havendo divergência sobre a tipificação do delito, sendo este da competência do Tribunal do Júri, o juiz formulará quesito acerca destas questões, para ser respondido após o segundo quesito.

§ 6º Havendo mais de um crime ou mais de um acusado, os quesitos serão formulados em séries distintas.

Por fim, o juiz presidente proferirá a sentença, conforme dita o art. 492 e seguintes do CPP.

Procedimento comum sumaríssimo. O procedimento comum sumaríssimo está regulado na Lei 9.099/95. A legislação inovou ao trazer uma jurisdição consensual e ao instituir medidas despenalizadoras (composição civil dos danos, transação penal e suspensão condicional do processo).

Princípios dos juizados especiais:

Art. 62. O processo perante o Juizado Especial orientar-se-á pelos critérios da **oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade**, objetivando, sempre que possível, a reparação dos danos sofridos pela vítima e a aplicação de pena não privativa de liberdade. **Recorrente! Obs.: o princípio da simplicidade, cujo objetivo é tornar o processo nos juizados menos burocrático e difícil, foi incluído expressamente apenas em 2018.**

O Juizado Especial Criminal será provido por juízes togados ou togados e leigos. As infrações penais de menor potencial ofensivo serão de sua competência.

Infrações de menor potencial ofensivo são crimes cuja pena máxima não seja superior a 2 anos, cumulada ou não com multa, e as contravenções penais.

Também é preciso considerar qualificadoras, privilégios, causas de aumento (no patamar máximo) e diminuição (no patamar mínimo) da pena e concurso de crimes. Eventuais agravantes e atenuantes não são contabilizadas.



Importante: os crimes cometidos com violência doméstica e familiar contra a mulher não serão processados e julgados pelo rito sumaríssimo.

Também não se aplica a Lei 9.099/95 no âmbito da Justiça Militar.

O artigo 94 do Estatuto da Pessoa Idosa estabelece que, nos crimes ali previstos e aos crimes praticados com violência contra a pessoa idosa, **não será aplicada a Lei n. 9.099/95, independentemente da pena aplicada.** Cuida-se de alteração legislativa promovida em 2025, que modificou significativamente a aplicação desta lei.

Quanto à competência territorial, adota-se a **teoria da atividade**: "A competência do Juizado será determinada pelo lugar em que foi praticada a infração penal."

Quando ocorrer situação flagrancial, haverá a lavratura de um termo circunstanciado de ocorrência (TCO), e não se imporá prisão nem fiança se o autor do fato assumir o compromisso de comparecer ao juizado. Havendo, porém, recusa do agente, o delegado pode prender, sem prejuízo da concessão de liberdade provisória com fiança.

Art. 69. A autoridade policial que tomar conhecimento da ocorrência lavrará **termo circunstanciado** e o **encaminhará imediatamente ao Juizado, com o autor do fato e a vítima**, providenciando-se as requisições dos exames periciais necessários.

Parágrafo único. Ao autor do fato que, após a lavratura do termo, for imediatamente encaminhado ao juizado ou assumir o compromisso de a ele comparecer, **não se imporá prisão em flagrante**, nem se exigirá fiança. Em caso de violência doméstica, o juiz poderá determinar, como medida de cautela, seu afastamento do lar, domicílio ou local de convivência com a vítima.

Antes de ter início a instrução do processo, haverá uma audiência preliminar. O objetivo é tentar firmar uma composição civil dos danos ou transação penal.

A composição civil dos danos tem como fito reparar danos materiais, morais ou estéticos sofridos pela vítima. No caso de ação penal privada ou pública condicionada à representação, a homologação da composição civil configura renúncia ao direito de queixa ou de representação. A sentença que homologa a composição dos danos civis é irrecorrível.



Art. 74. A composição dos danos civis será reduzida a escrito e, homologada pelo Juiz mediante **sentença irrecorrível**, terá eficácia de título a ser executado no juízo civil competente.

Parágrafo único. Tratando-se de ação penal de iniciativa privada ou de ação penal pública condicionada à representação, o **acordo homologado acarreta a renúncia ao direito de queixa ou representação. Recorrente!**

Se não houver composição dos danos civis, será oportunizado ao ofendido que exerça o direito de representação verbal, que será reduzido a termo. O não oferecimento da representação na audiência preliminar não implica decadência do direito, que poderá ser exercido no prazo previsto em lei.

Se houver representação pelo ofendido ou se for o caso de ação penal pública incondicionada, não sendo o caso de arquivamento, o MP pode propor a transação penal. A transação consiste na aplicação imediata de pena restritiva de direitos ou multas. A opção pela transação é uma verdadeira mitigação ao princípio da obrigatoriedade (afinal, quando houver justa causa, o *Parquet* é obrigado a denunciar).

Vejamos os detalhes do artigo que regula a transação penal:

Art. 76. Havendo representação ou tratando-se de crime de ação penal pública incondicionada, não sendo caso de arquivamento, o Ministério Público poderá propor a aplicação imediata de pena restritiva de direitos ou multas, a ser especificada na proposta.

§ 1º Nas hipóteses de ser a pena de multa a única aplicável, o Juiz poderá reduzi-la até a metade.

§ 2º **Não se admitirá a proposta se ficar comprovado:**

I - ter sido o autor da infração **condenado, pela prática de crime**, à pena privativa de liberdade, por sentença definitiva;

II - ter sido o agente **beneficiado anteriormente, no prazo de cinco anos**, pela aplicação de pena restritiva ou multa, nos termos deste artigo;

III - **não indicarem os antecedentes, a conduta social e a personalidade do agente, bem como os motivos e as circunstâncias, ser necessária e suficiente a adoção da medida.**



§ 3º Aceita a proposta pelo autor da infração e seu defensor, será submetida à apreciação do Juiz.

§ 4º Acolhendo a proposta do Ministério Público aceita pelo autor da infração, o Juiz aplicará a pena restritiva de direitos ou multa, **que não importará em reincidência**, sendo registrada apenas para impedir novamente o mesmo benefício no prazo de cinco anos.

§ 5º Da sentença prevista no parágrafo anterior caberá a apelação referida no art. 82 desta Lei.

§ 6º A imposição da sanção de que trata o § 4º deste artigo não constará de certidão de antecedentes criminais, salvo para os fins previstos no mesmo dispositivo, e não terá efeitos civis, cabendo aos interessados propor ação cabível no juízo cível.

Sobre o tema, vamos levar para nossa prova a previsão de duas súmulas muito importantes:

- ⇒ **Súmula Vinculante 35:** A homologação da transação penal prevista no artigo 76 da Lei 9.099/1995 não faz coisa julgada material e, descumpridas suas cláusulas, retoma-se a situação anterior, possibilitando-se ao Ministério Público a continuidade da persecução penal mediante oferecimento de denúncia ou requisição de inquérito policial.
- ⇒ **Súmula 536, STJ:** A suspensão condicional do processo e a transação penal não se aplicam na hipótese de delitos sujeitos ao rito da Lei Maria da Penha.

Se forem frustradas as tratativas, MP ou querelante oferecem a peça acusatória oralmente, inaugurando a persecução criminal. Nesta ocasião, designa-se a audiência de instrução e julgamento.

Sobre a citação do acusado, importante recordarmos, mais uma vez, que será feita no próprio juizado, sempre que possível, ou por mandado. Não é possível a citação por edital, mas admite-se a citação por hora certa.

Sendo o caso de citação por edital (acusado em local incerto e não sabido), o juiz remeterá as peças para o juízo comum, onde se adotará o rito sumário.

Na audiência, que será una, haverá a possibilidade de defesa preliminar, rejeição ou recebimento da peça acusatória (art. 395 do CPP) e, em caso de recebimento, análise sobre absolvição sumária (hipóteses do art. 397 do CPP). Cada parte terá direito a apresentar **3 testemunhas**. Serão concedidos 20 minutos para acusação e defesa, respectivamente, para as alegações finais.

Sobre a audiência, vamos atentar a alguns pontos trazidos pela lei:



- Todas as provas serão produzidas na audiência de instrução e julgamento, podendo o Juiz limitar ou excluir as que considerar excessivas, impertinentes ou protelatórias.

- Durante a audiência, todas as partes e demais sujeitos processuais presentes no ato deverão respeitar a dignidade da vítima, sob pena de responsabilização civil, penal e administrativa, cabendo ao juiz garantir o cumprimento do disposto neste artigo, vedadas: I - a manifestação sobre circunstâncias ou elementos alheios aos fatos objeto de apuração nos autos; II - a utilização de linguagem, de informações ou de material que ofendam a dignidade da vítima ou de testemunhas.

- De todo o ocorrido na audiência será lavrado termo, assinado pelo Juiz e pelas partes, contendo breve resumo dos fatos relevantes ocorridos em audiência e a sentença. O relatório é dispensando na sentença.

Sobre os recursos admitidos:

- da decisão que rejeitar denúncia ou queixa e da sentença: caberá **apelação**, que poderá ser julgada pela Turma Recursal (composta por três juízes em exercício no primeiro grau de jurisdição). A apelação será interposta no prazo de **dez dias**, contados da ciência da sentença pelo Ministério, pelo réu e seu defensor. O recorrido será intimado para oferecer resposta escrita no prazo de 10 dias. Se a sentença for confirmada pelos próprios fundamentos, a súmula do julgamento servirá de acórdão.

- Cabem **embargos de declaração** quando, em sentença ou acórdão, houver obscuridade, contradição ou omissão. Os embargos de declaração serão opostos por escrito ou oralmente, no prazo de **cinco dias**, contados da ciência da decisão. Os embargos de declaração interrompem o prazo para a interposição de recurso. Erros materiais, todavia, podem ser corrigidos de ofício.

Suspensão condicional do processo. O *sursis* é a terceira medida despenalizadora trazida pela Lei 9.099/95. Seu objetivo, assim como as demais, é impedir o curso do processo até a condenação e encurtar a atuação estatal em causas pouco complexas. Nos casos de crime cuja pena mínima cominada for igual ou inferior a 1 ano, o MP, ao oferecer denúncia, pode propor a suspensão condicional do processo, por 2 a 4 anos, se o condenado não estiver sendo processado ou não for condenado por outro crime, e se presentes os demais requisitos do art. 77 do CP (requisitos que autorizam a suspensão condicional da pena).

São pontos que merecem destaque:

- Processo ou condenação por contravenção não impede o oferecimento de *sursis*.
- O período de prova dura entre 2 a 4 anos.
- Durante o cumprimento do *sursis* (período de prova), a prescrição ficará suspensa.



- O benefício do *sursis* será **obrigatoriamente revogado** se, no curso do período de prova, o agente vier a ser processado por outro crime ou não efetuar a reparação do dano sem motivo justificado.
- O benefício do *sursis* poderá ser **facultativamente revogado** se, no curso do período de prova, o agente vier a ser processado por contravenção penal ou descumprir qualquer outra medida.
- O *sursis* pode ser aplicado a qualquer crime do ordenamento cuja pena mínima cominada seja igual ou inferior a 1 ano, com exceção daqueles processados sob o rito da Lei Maria da Penha. Ele não é restrito apenas aos crimes abrangidos pela Lei 9.099/95.

Sobre o tema, vamos recordar súmulas importantes:

- ⇒ **Súmula 723, STF:** Não se admite a suspensão condicional do processo por crime continuado, se a soma da pena mínima da infração mais grave com o aumento mínimo de um sexto for superior a um ano.
- ⇒ **Súmula 243, STJ:** O benefício da suspensão do processo não é aplicável em relação às infrações penais cometidas em concurso material, concurso formal ou continuidade delitiva, quando a pena mínima cominada, seja pelo somatório, seja pela incidência da majorante, ultrapassar o limite de um (01) ano.
- ⇒ **Súmula 536, STJ:** A suspensão condicional do processo e a transação penal não se aplicam na hipótese de delitos sujeitos ao rito da Lei Maria da Penha.
- ⇒ **Súmula 337, STJ:** É cabível a suspensão condicional do processo na desclassificação do crime e na procedência parcial da pretensão punitiva.

O *sursis* é previsto no art. 89 da Lei 9.099/95:

Art. 89. Nos crimes em que a pena mínima cominada for **igual ou inferior a um ano**, abrangidas ou não por esta Lei, o Ministério Público, ao oferecer a denúncia, poderá propor a suspensão do processo, **por dois a quatro anos**, desde que o acusado não esteja sendo processado ou não tenha sido condenado por outro crime, presentes os demais requisitos que autorizariam a suspensão condicional da pena (art. 77 do Código Penal).

§ 1º Aceita a proposta pelo acusado e seu defensor, na presença do Juiz, este, recebendo a denúncia, poderá suspender o processo, submetendo o acusado a período de prova, sob as seguintes **condições**:

I - reparação do dano, salvo impossibilidade de fazê-lo;

II - proibição de frequentar determinados lugares;

III - proibição de ausentar-se da comarca onde reside, sem autorização do Juiz;

IV - comparecimento pessoal e obrigatório a juízo, mensalmente, para informar e justificar suas atividades.

§ 2º O Juiz poderá especificar outras condições a que fica subordinada a suspensão, desde que adequadas ao fato e à situação pessoal do acusado.



§ 3º A suspensão **será revogada** se, no curso do prazo, o beneficiário vier a ser processado por outro crime ou não efetuar, sem motivo justificado, a reparação do dano.

§ 4º A suspensão **poderá ser revogada** se o acusado vier a ser processado, no curso do prazo, por contravenção, ou descumprir qualquer outra condição imposta.

§ 5º Expirado o prazo sem revogação, o Juiz declarará extinta a punibilidade.

§ 6º **Não correrá a prescrição** durante o prazo de suspensão do processo.

§ 7º Se o acusado não aceitar a proposta prevista neste artigo, o processo prosseguirá em seus ulteriores termos.

Procedimento especial dos crimes cometidos por funcionário público. O tema é tratado entre os artigos 513 a 518 do CPP. Aqui, vamos nos ater ao único artigo que apresenta costumeira cobrança em provas:

Art. 514. Nos crimes **afiançáveis**, estando a denúncia ou queixa em devida forma, o juiz mandará autuá-la e ordenará a notificação do acusado, para responder por escrito, dentro do **prazo de quinze dias**.

Parágrafo único. Se não for conhecida a residência do acusado, ou este se achar fora da jurisdição do juiz, ser-lhe-á nomeado defensor, a quem caberá apresentar a resposta preliminar.

Importante: se o acusado não for mais funcionário público à época do oferecimento da denúncia (estiver aposentado ou tiver sido exonerado, por exemplo), não terá direito à defesa preliminar.

E mais, sobre o tema:

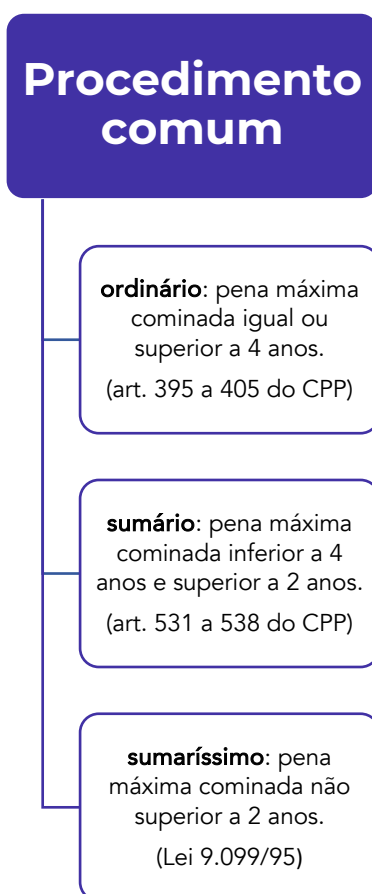
- Somente o funcionário público faz jus ao procedimento especial, ainda que o crime tenha sido praticado em coautoria ou participação.
- ⇒ **Súmula 330 do STJ:** “É desnecessária a resposta preliminar de que trata o artigo 514, do Código de Processo Penal, na ação penal instruída por inquérito policial”.



APOSTA ESTRATÉGICA

A ideia desta seção é apresentar os pontos do conteúdo que mais possuem chances de serem cobrados em prova, considerando o histórico de questões da banca em provas de nível semelhante à nossa, bem como as inovações no conteúdo, na legislação e nos entendimentos doutrinários e jurisprudenciais¹.

Assim, a aposta estratégica é especialmente importante na sua reta final de estudos. Vamos ao conteúdo da nossa aposta?



¹ Vale deixar claro que nem sempre será possível realizar uma aposta estratégica para um determinado assunto, considerando que às vezes não é viável identificar os pontos mais prováveis de serem cobrados a partir de critérios objetivos ou minimamente razoáveis.



Procedimento Comum Ordinário	Procedimento Comum Sumário	Procedimento Comum Sumaríssimo
8 testemunhas para acusação e defesa, cada.	5 testemunhas para acusação e defesa, cada.	3 testemunhas para a acusação e defesa, cada.
Audiência em no máximo 60 dias	Audiência em no máximo 30 dias	Sem previsão nesse sentido.

Causas de rejeição da denúncia ou da queixa (art. 395 do CPP)	Causas de absolvição sumária (art. 397 do CPP)
<p>Art. 395. A denúncia ou queixa será rejeitada quando:</p> <p>I - for manifestamente inepta;</p> <p>II - faltar pressuposto processual ou condição para o exercício da ação penal; ou</p> <p>III - faltar justa causa para o exercício da ação penal.</p>	<p>Art. 397. Após o cumprimento do disposto no art. 396-A, e parágrafos, deste Código, o juiz deverá absolver sumariamente o acusado quando verificar:</p> <p>I - a existência manifesta de causa excludente da ilicitude do fato;</p> <p>II - a existência manifesta de causa excludente da culpabilidade do agente, salvo inimputabilidade;</p> <p>III - que o fato narrado evidentemente não constitui crime; ou</p> <p>IV - extinta a punibilidade do agente.</p>



QUESTÕES ESTRATÉGICAS

Nesta seção, apresentamos e comentamos uma amostra de questões objetivas selecionadas estrategicamente: são questões com nível de dificuldade semelhante ao que você deve esperar para a sua prova e que, em conjunto, abordam os principais pontos do assunto.

A ideia, aqui, não é que você fixe o conteúdo por meio de uma bateria extensa de questões, mas que você faça uma boa revisão global do assunto a partir de, relativamente, poucas questões.



1) INSTITUTO AOCP - 2024 - TRF - 2ª REGIÃO - Técnico Judiciário - Área Administrativa - Agente da Polícia Judicial - Considerando as disposições acerca dos Juizados Especiais Criminais (Lei nº 9.099/1995) e a jurisprudência dos Tribunais Superiores, assinale a alternativa correta.

- A) O Termo Circunstanciado de Ocorrência (TCO) não possui natureza investigativa, podendo ser lavrado por integrantes da polícia judiciária ou da polícia administrativa.
- B) A homologação da transação penal prevista na Lei nº 9.099/1995 faz coisa julgada material e, caso descumpridas suas cláusulas, cabe ao juiz da causa, a requerimento do Ministério Público, substituir a transação penal realizada pela respectiva sentença penal condenatória.
- C) A competência do Juizado regular-se-á pelo domicílio ou residência do réu e, não sendo este conhecido, será determinada pelo lugar em que foi praticada a infração penal.
- D) Tratando-se de ação penal de iniciativa privada ou de ação penal pública condicionada à representação, a homologação do acordo de composição dos danos civis não acarreta a renúncia ao direito de queixa ou representação.
- E) A suspensão condicional do processo e a transação penal aplicam-se na hipótese de delitos sujeitos ao rito da Lei Maria da Penha.

Comentários:

Letra A – Correta. Trata-se de entendimento fixado pelo STF no sentido de que a previsão genérica do TCO da Lei 9.099/1995 é voltado apenas ao registro de ocorrências de crimes de menor potencial ofensivo. Não se trata de ato investigativo, pois sua lavratura não inicia nenhum procedimento que acarrete diligências. Sendo assim, poderá ser firmado pela polícia judiciária (Civil, por exemplo), ou administrativa (PRF, por exemplo).



Letra B – Incorreta. A Súmula Vinculante 35 consolidou o entendimento no sentido da possibilidade de propositura de ação penal quando descumprida transação penal homologada, considerado o entendimento de que esta não produz coisa julgada material.

Letra C – Incorreta. Nos juizados, a competência é regida pela teoria da atividade, conforme previsão do art. 63 da Lei 9099/95: a competência do Juizado será determinada pelo lugar em que foi praticada a infração penal.

Letra D – Incorreta. A assertiva vai de encontro ao teor previsto no parágrafo único do art. 74 da Lei 9099/95. Vejamos: tratando-se de ação penal de iniciativa privada ou de ação penal pública condicionada à representação, o acordo homologado acarreta a renúncia ao direito de queixa ou representação.

Letra E – Incorreta. Conforme previsão da Súmula 536 do STJ, a suspensão condicional do processo e a transação penal não se aplicam na hipótese de delitos sujeitos ao rito da Lei Maria da Penha.

2) INSTITUTO AOCP - 2023 - PC-GO - Escrivão de Polícia da 3ª Classe - Sobre os procedimentos sumário e sumaríssimo, assinale a alternativa INCORRETA.

A) Na instrução do procedimento sumário, poderão ser inquiridas até 5 (cinco) testemunhas arroladas pela acusação e 5 (cinco) pela defesa.

B) Da decisão de rejeição da denúncia ou queixa e da sentença, caberá recurso em sentido estrito, que poderá ser julgado por turma composta de cinco juízes em exercício no primeiro grau de jurisdição, reunidos na sede do Juizado.

C) No procedimento sumário, as alegações finais serão orais, concedendo-se a palavra, respectivamente, à acusação e à defesa, pelo prazo de 20 (vinte) minutos, prorrogáveis por mais 10 (dez), proferindo o juiz, a seguir, a sentença.

D) No procedimento sumaríssimo, durante a audiência, todas as partes e demais sujeitos processuais presentes no ato deverão respeitar a dignidade da vítima, sob pena de responsabilização civil, penal e administrativa, sendo vedada a manifestação sobre circunstâncias ou elementos alheios aos fatos objeto de apuração nos autos.

E) No procedimento sumaríssimo, diversamente do procedimento ordinário, os embargos de declaração serão opostos por escrito ou oralmente, no prazo de cinco dias, contados da ciência da decisão.

Comentários:

Letra A – Incorreta. É como dispõe o CPP no art. 532, ao tratar do procedimento sumário.

Art. 532. Na instrução, poderão ser inquiridas até 5 (cinco) testemunhas arroladas pela acusação e 5 (cinco) pela defesa.



Letra B – Correta. A assertiva apresenta informação falsa. Logo, é o gabarito da questão. Observa que ela trata sobre o procedimento sumaríssimo, ao fazer referência aos Juizados. Sendo assim, devemos considerar as disposições da Lei 9099/95, e não do CPP. Vejamos o art. 82 da Lei dos Juizados Especiais:

Art. 82. Da decisão de rejeição da denúncia ou queixa e da sentença caberá apelação, que poderá ser julgada por turma composta de três Juízes em exercício no primeiro grau de jurisdição, reunidos na sede do Juizado.

Concluimos, portanto, que o recurso adequado é a apelação, cujo julgamento será feito por três juízes em exercício no primeiro grau de jurisdição.

Letra C – Incorreta. É como dispõe o art. 534 do CPP.

Letra D – Incorreta. Trata-se do conteúdo referente ao art. 81, § 1º-A, Lei 9.099.

Letra E – Incorreta. De fato, o prazo para interposição de embargos de declaração é distinto no CPP e na Lei 9099. Enquanto nos juizados, os embargos de declaração serão opostos por escrito ou oralmente, no prazo de cinco dias, contados da ciência da decisão, no CPP o prazo é de dois dias.

3) INSTITUTO AOCP - 2023 - PC-GO - Escrivão de Polícia da 3ª Classe - Em relação aos procedimentos de cognição, assinale a alternativa correta.

- A) Os processos que apurem a prática de crime hediondo terão prioridade de tramitação em todas as instâncias.
- B) Serão residualmente sumários todos os procedimentos comuns que não tiverem por objeto crime cuja sanção máxima cominada for igual ou superior a 4 (quatro) anos de pena privativa de liberdade.
- C) O procedimento sumaríssimo tem rito cível e tramitação subsidiária perante os Juizados Especiais.
- D) As decisões de rejeição da denúncia e absolvição sumária possuem as mesmas causas motivadoras.
- E) As provas serão produzidas em uma só audiência, sendo defeso ao juiz indeferir aquelas hipoteticamente protelatórias, sob pena de violação ao princípio da ampla defesa.

Comentários:

Letra A – Correta. A alternativa está de acordo com o que dispõe o art. 394-A do CPP.

Letra B – Incorreta. Conforme art. 394, § 1º, II, do CPP: o procedimento será sumário, quando tiver por objeto crime cuja sanção máxima cominada seja **inferior a 4 (quatro)** anos de pena privativa de liberdade.



Letra C – Incorreta. Na verdade, a assertiva troca os elementos. O correto é dizer que se aplicam subsidiariamente aos procedimentos especial, sumário e sumaríssimo as disposições do procedimento ordinário.

Letra D – Incorreta. Enquanto as razões de rejeição da denúncia estão elencadas nos incisos do art. 395, as razões de absolvição sumária podem ser vistas no art. 415 do CPP. Vejamos abaixo suas diferenças:

Art. 395. A denúncia ou queixa **será rejeitada** quando:

- I - for manifestamente inepta;
- II - faltar pressuposto processual ou condição para o exercício da ação penal; ou
- III - faltar justa causa para o exercício da ação penal.

Art. 415. O juiz, fundamentadamente, **absolverá desde logo** o acusado, quando:

- I – provada a inexistência do fato;
- II – provado não ser ele autor ou partícipe do fato;
- III – o fato não constituir infração penal;
- IV – demonstrada causa de isenção de pena ou de exclusão do crime.

Letra E – Incorreta. Não se trata de uma proibição, mas sim de uma permissão. Vejamos:

Art. 400. §1º - As provas serão produzidas numa só audiência, podendo o juiz indeferir as consideradas irrelevantes, impertinentes ou protelatórias.

4) INSTITUTO AOCP - 2022 - Governo do Distrito Federal - Policial Penal - Julgue o item seguinte em relação à sentença e ao procedimento comum.

O procedimento comum será ordinário quando tiver por objeto crime cuja sanção máxima cominada for igual ou superior a quatro anos de pena privativa de liberdade.

- () Certo
- () Errado



Comentários:

A assertiva está CERTA. Está de acordo com o artigo 394, § 1º, I, do CPP.

5) INSTITUTO AOCP - 2021 - MPE-RS - Técnico do Ministério Público - No tocante aos Juizados Especiais Criminais (Lei Federal nº 9.099/1995), assinale a alternativa INCORRETA.

- A) O processo perante o Juizado Especial orientar-se-á pelos critérios da oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade, objetivando, sempre que possível, a reparação dos danos sofridos pela vítima e a aplicação de pena não privativa de liberdade.
- B) Consideram-se infrações penais de menor potencial ofensivo as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a dois anos, cumulada ou não com multa.
- C) Serão objeto de registro escrito exclusivamente os atos havidos por essenciais.
- D) Da decisão de rejeição da denúncia ou queixa caberá recurso em sentido estrito, que poderá ser julgado por turma composta de três Juízes em exercício no primeiro grau de jurisdição, reunidos na sede do Juizado.
- E) Os embargos de declaração serão opostos por escrito ou oralmente, no prazo de cinco dias, contados da ciência da decisão.

Comentários:

Letra A – Incorreta. É como dispõe o art. 2º da Lei 9099/95.

Art. 2º - O processo orientar-se-á pelos critérios da oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade, buscando, sempre que possível, a conciliação ou a transação.

Atenção!!! Questão recorrente na banca!!!

Letra B – Incorreta. Está de acordo com o art. 61 da Lei 9099/95.

Letra C – Incorreta. É no sentido o que dispõe o art. 13, § 3º, da Lei 9099/95: *Apenas os atos considerados essenciais serão registrados resumidamente, em notas manuscritas, datilografadas, taquigrafadas ou estenotipadas. Os demais atos poderão ser gravados em fita magnética ou equivalente, que será inutilizada após o trânsito em julgado da decisão.*

Letra D – Correta. O recurso correto é a apelação, como prevê o art. 82 da Lei 9099.

Art. 82. Da decisão de rejeição da denúncia ou queixa e da sentença caberá apelação, que poderá ser julgada por turma composta de três Juízes em exercício no primeiro grau de jurisdição, reunidos na sede do Juizado.



Atenção!!! Questão recorrente na banca!!!

Letra E – Incorreta. É como prevê o art. 49 da Lei 9099/95.

Art. 49. Os embargos de declaração serão interpostos por escrito ou oralmente, no prazo de cinco dias, contados da ciência da decisão.

Atenção!!! Questão recorrente na banca!!!

6) INSTITUTO AOCP - 2020 - SEJUC - RR - Agente Penitenciário - Assinale a alternativa correta tendo em vista as normas do Código de Processo Penal.

- A) O procedimento comum será ordinário quando tiver por objeto crime cuja sanção máxima cominada seja inferior a quatro anos de pena privativa de liberdade.
- B) No procedimento ordinário, oferecida a denúncia ou queixa, o juiz, se não a rejeitar liminarmente, recebê-la-á e ordenará a citação do acusado para responder à acusação, por escrito, no prazo de quinze dias.
- C) O juiz poderá, considerada a complexidade do caso ou o número de acusados, conceder às partes o prazo de cinco dias sucessivamente para a apresentação de memoriais. Nesse caso, terá o prazo de dez dias para proferir a sentença.
- D) No procedimento comum ordinário, a audiência una de instrução e julgamento deverá ser realizada no prazo máximo de noventa dias.
- E) Na instrução do procedimento comum ordinário, poderão ser inquiridas até quatro testemunhas arroladas pela acusação e quatro pela defesa.

Comentários:

Letra A – Incorreta. Conforme art. 394, § 1º, I, do CPP: o procedimento será ordinário, quando tiver por objeto crime cuja sanção máxima cominada for **igual ou superior a 4 (quatro) anos** de pena privativa de liberdade.

Letra B – Incorreta. Conforme art. 396, caput, do CPP, o prazo para resposta à acusação é de dez dias.

Letra C – Correta. É como prevê o art. 403, § 3º, do CPP.

Letra D – Incorreta. De acordo com o art. 400, caput, do CPP, o prazo para realização da AIJ é de no máximo 60 dias.

Letra E – Incorreta. Está incorreto o número de testemunhas. Vejamos a lei:

Art. 401. Na instrução poderão ser inquiridas até 8 (oito) testemunhas arroladas pela acusação e 8 (oito) pela defesa.



§ 1º Nesse número não se compreendem as que não prestem compromisso e as referidas.

§ 2º A parte poderá desistir da inquirição de qualquer das testemunhas arroladas, ressalvado o disposto no art. 209 deste Código.

7) INSTITUTO AOCP - 2020 - SEJUC - RR - Agente Penitenciário - Roberto praticou crime de lesão corporal leve (art. 129, caput, do Código Penal), cuja pena máxima é de um ano de detenção. Nessas circunstâncias, considerando as disposições da Lei nº 9.099/95, assinale a alternativa correta.

A) Roberto não poderá ser processado perante o Juizado Especial Criminal, pois o crime por ele praticado não pode ser considerado de menor potencial ofensivo.

B) Havendo representação da vítima, não sendo caso de arquivamento, a autoridade policial que tomar conhecimento da ocorrência poderá propor a Roberto a aplicação imediata de pena restritiva de direitos ou multas, a ser especificada na proposta.

C) A autoridade policial que tomar conhecimento do crime praticado por Roberto lavrará auto de prisão em flagrante e o encaminhará imediatamente ao Ministério Público, com o autor do fato e a vítima, providenciando-se as requisições dos exames periciais necessários.

D) Roberto poderá ser processado perante o Juizado Especial Criminal e, na audiência preliminar, presente o representante do Ministério Público, o autor do fato e a vítima e, se possível, o responsável civil, acompanhados por seus advogados, o Juiz esclarecerá sobre a possibilidade da composição dos danos e da aceitação da proposta de aplicação imediata de pena não privativa de liberdade.

E) Roberto poderá ser processado perante o Juizado Especial Criminal e, caso não obtida a composição dos danos civis, será encaminhado para a Autoridade Policial, que lavrará auto de prisão em flagrante delito.

Comentários:

Letra A – Incorreta. O crime cometido por Roberto é considerado de menor potencial ofensivo, pois tem a pena máxima não superior a 2 anos, conforme art. 61 da Lei 9099/95.

Letra B – Incorreta. Não cabe à autoridade policial aplicar penas, mas sim ao juiz.

Letra C – Incorreta. Nos casos de crime de menor potencial ofensivo não será lavrado flagrante, mas sim termo circunstanciado de ocorrência. Vejamos o que dispõe a lei:



Art. 69. A autoridade policial que tomar conhecimento da ocorrência lavrará **termo circunstanciado** e o encaminhará imediatamente ao Juizado, com o autor do fato e a vítima, providenciando-se as requisições dos exames periciais necessários.

Parágrafo único. Ao autor do fato que, após a lavratura do termo, for imediatamente encaminhado ao juizado ou assumir o compromisso de a ele comparecer, **não se imporá prisão em flagrante**, nem se exigirá fiança. Em caso de violência doméstica, o juiz poderá determinar, como medida de cautela, seu afastamento do lar, domicílio ou local de convivência com a vítima.

Letra D – Correta. É como prevê o art. 72 da Lei 9099.

Letra E – Incorreta. Não há previsão legal no sentido dessa assertiva. Se não for obtida a composição civil dos danos, será dada imediatamente ao ofendido a oportunidade de exercer o direito de representação verbal, que será reduzida a termo.

8) INSTITUTO AOCP - 2019 - PC-ES - Perito Oficial Criminal - Área 8 - O Juizado Especial Criminal, provido por juízes togados ou togados e leigos, tem competência para a conciliação, o julgamento e a execução das infrações penais de menor potencial ofensivo, respeitadas as regras de conexão e continência. O Juizado Especial Criminal está regulado pela Lei nº 9.099/1995. No que se refere ao Procedimento nos Juizados Especiais Criminais, segundo a referida Lei, é correto afirmar que

- A) todas as provas serão produzidas na audiência de instrução e julgamento, podendo o Juiz limitar ou excluir as que considerar excessivas, impertinentes ou protelatórias.
- B) a sentença, que deverá conter o relatório, mencionará os elementos de convicção do Juiz.
- C) em nenhuma hipótese poderá ser oferecida queixa oralmente.
- D) da decisão de rejeição da denúncia ou queixa não caberá apelação.
- E) em sede de Juizados Especiais Criminais não cabem Embargos de Declaração, em razão do princípio da celeridade processual que rege o procedimento.

Comentários:

Letra A – Correta. A alternativa está de acordo com o que dispõe o art. 33 da Lei 9099/95.

Art. 33. Todas as provas serão produzidas na audiência de instrução e julgamento, ainda que não requeridas previamente, podendo o Juiz limitar ou excluir as que considerar excessivas, impertinentes ou protelatórias.



Letra B – Incorreta. Conforme art. 38 da Lei 9099/95 dispõe, o relatório é dispensado em sede de Juizados Especiais.

Letra C – Incorreta. Ao contrário, existe a possibilidade de oferecer a queixa oralmente, conforme art. 77, §3º, da Lei 9099/95. Vejamos:

Art. 77. Na ação penal de iniciativa pública, quando não houver aplicação de pena, pela ausência do autor do fato, ou pela não ocorrência da hipótese prevista no art. 76 desta Lei, o Ministério Público oferecerá ao Juiz, de imediato, denúncia oral, se não houver necessidade de diligências imprescindíveis.

§ 1º Para o oferecimento da denúncia, que será elaborada com base no termo de ocorrência referido no art. 69 desta Lei, com dispensa do inquérito policial, prescindir-se-á do exame do corpo de delito quando a materialidade do crime estiver aferida por boletim médico ou prova equivalente.

§ 2º Se a complexidade ou circunstâncias do caso não permitirem a formulação da denúncia, o Ministério Público poderá requerer ao Juiz o encaminhamento das peças existentes, na forma do parágrafo único do art. 66 desta Lei.

§ 3º Na ação penal de iniciativa do ofendido **poderá ser oferecida queixa oral**, cabendo ao Juiz verificar se a complexidade e as circunstâncias do caso determinam a adoção das providências previstas no parágrafo único do art. 66 desta Lei.

Letra D – Incorreta. O recurso correto é justamente a apelação, como prevê o art. 82 da Lei 9099.

Art. 82. Da decisão de rejeição da denúncia ou queixa e da sentença caberá apelação, que poderá ser julgada por turma composta de três Juízes em exercício no primeiro grau de jurisdição, reunidos na sede do Juizado.

Atenção!!! Questão recorrente na banca!!!

Letra E – Incorreta. Há previsão no art. 49 da Lei 9099/95.

Art. 49. Os embargos de declaração serão interpostos por escrito ou oralmente, no prazo de cinco dias, contados da ciência da decisão.

Atenção!!! Questão recorrente na banca!!!



QUESTIONÁRIO DE REVISÃO E APERFEIÇOAMENTO

A ideia do questionário é elevar o nível da sua compreensão no assunto e, ao mesmo tempo, proporcionar uma outra forma de revisão de pontos importantes do conteúdo, a partir de perguntas que exigem respostas subjetivas.

São questões um pouco mais desafiadoras, porque a redação de seu enunciado não ajuda na sua resolução, como ocorre nas clássicas questões objetivas.

O objetivo é que você realize uma autoexplicação mental de alguns pontos do conteúdo, para consolidar melhor o que aprendeu ;)

Além disso, as questões objetivas, em regra, abordam pontos isolados de um dado assunto. Assim, ao resolver várias questões objetivas, o candidato acaba memorizando pontos isolados do conteúdo, mas muitas vezes acaba não entendendo como esses pontos se conectam.

Assim, no questionário, buscaremos trazer também situações que ajudem você a conectar melhor os diversos pontos do conteúdo, na medida do possível.

É importante frisar que não estamos adentrando em um nível de profundidade maior que o exigido na sua prova, mas apenas permitindo que você compreenda melhor o assunto de modo a facilitar a resolução de questões objetivas típicas de concursos, ok? Nosso compromisso é proporcionar a você uma revisão de alto nível!

Vamos ao nosso questionário:

Perguntas

1. Qual o critério determinado pelo CPP para definir o rito a ser aplicado em um processo?
2. Mário cometeu o crime de ameaça contra sua esposa Fátima. O delito, que é disposto no art. 147 do CP, tem pena abstratamente comida de um a seis meses de detenção ou multa. Qual o rito a ser observado nesse processo?
3. No III Juizado Especial Criminal da Comarca da Capital do Rio de Janeiro, Carlos foi denunciado pelo crime do art. 154-A, invasão de dispositivo informativo. O oficial de justiça, todavia, não o encontrou para citar, pois, segundo seus vizinhos, Carlos se mudou sem deixar o novo endereço. Nesse caso, deve o juiz determinar a citação por edital?
4. André, inimputável, foi denunciado pela prática de estupro de vulnerável cometido em face de sua sobrinha. Considerando essa causa excludente de culpabilidade, pode o juiz absolver sumariamente o acusado?



5. Quais os princípios orientadores dos juizados especiais?
6. Em que consiste o Tribunal do Júri?
7. Quem é considerado isento de cumprir a função de jurado?
8. É possível que ocorra citação por edital no Juizado Especial?
9. Daniel era defensor público, mas se aposentou em dezembro de 2019. Há uma semana, Daniel foi denunciado por, em tese, ter praticado o crime de peculato em data anterior ao seu pedido de aposentadoria. Considerando os fatos, Daniel poderá apresentar resposta preliminar prevista para os crimes funcionais, dentro de 15 dias, antes que o juiz receba a denúncia?
10. Caio, funcionário público, e Igor, seu amigo que trabalha na iniciativa privada, armam de juntos subtrair computadores da repartição onde Caio trabalho. Os dois são processados por peculato. Considerando que o crime ocorreu em coautoria, ambos os agentes farão jus a resposta preliminar prevista para os crimes funcionais?



Perguntas com respostas

1. Qual o critério determinado pelo CPP para definir o rito a ser aplicado em um processo?

O critério vale-se da quantidade de pena máxima abstratamente cominada a um crime. Se o crime tiver pena igual ou superior a 4 anos, o procedimento adotado é o ordinário. Se o crime tiver pena máxima inferior a 4 anos e superior a 2 anos, aplica-se o rito sumário. Se, porém, a pena máxima cominada pelo legislador ao delito não ultrapassar 2 anos, o rito é o sumaríssimo e corre conforme as disposições da Lei 9.099/95.

2. Mário cometeu o crime de ameaça contra sua esposa Fátima. O delito, que é disposto no art. 147 do CP, tem pena abstratamente cominada de um a seis meses de detenção ou multa. Qual o rito a ser observado nesse processo?

Muito embora o crime de ameaça tenha pena não superior a dois anos, não se aplica o rito sumaríssimo. A vedação ocorre por conta do art. 41 da Lei Maria da Penha, que impede a aplicação da Lei 9.099/95 aos crimes praticados contra a mulher no âmbito das relações domésticas e familiares. Por conta disso, o processo seguirá o rito sumário e o réu não fará jus a nenhuma das medidas despenalizadoras previstas na Lei 9.099/95.

3. No III Juizado Especial Criminal da Comarca da Capital do Rio de Janeiro, Carlos foi denunciado pelo crime do art. 154-A, invasão de dispositivo informativo. O oficial de justiça, todavia, não o encontrou para citar, pois, segundo seus vizinhos, Carlos se mudou sem deixar o novo endereço. Nesse caso, deve o juiz determinar a citação por edital?

Como regra geral, quando o acusado não é encontrado, será citado por edital, conforme o art. 361 do CPP. Ocorre, todavia, que por disposição da Lei 9.099/95, a citação no procedimento sumaríssimo deve ser pessoal. Então, neste caso, o juiz remete as peças para a vara criminal, onde o processo seguirá o rito sumário e o réu poderá ser citado por edital.

4. André, inimputável, foi denunciado pela prática de estupro de vulnerável cometido em face de sua sobrinha. Considerando essa causa excludente de culpabilidade, pode o juiz absolver sumariamente o acusado?

No caso de inimputabilidade do agente, o juiz não absolve sumariamente e deve obedecer ao devido processo legal. A razão disso é que o agente inimputável (art. 26, caput, do CP) não receberá jamais uma sentença condenatória, mas sim uma sentença absolutória imprópria, que o obriga a se sujeitar à medida de segurança. Dessa forma, a única forma de não receber a sanção estatal é provando-se sua inocência em relação ao fato apurado. Assim, o juiz não absolve de pronto o inimputável e deixa o processo seguir. Se, ao final do processo, não se comprovar qualquer outra tese defensiva, aí sim o juiz o absolverá e determinará a respectiva medida de segurança.



5. Quais os princípios orientadores dos juizados especiais?

Conforme estabelecido expressamente pelo art. 62 da Lei 9.099/95, os processos perante o Juizado Especial devem ser orientados de acordo com os princípios da oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade.

6. Em que consiste o Tribunal do Júri?

O Tribunal do Júri é um órgão especial do Poder Judiciário de primeira instância, pertencente à Justiça Comum (Estadual ou Federal), colegiado e heterogêneo, formado por um juiz togado, que é seu presidente, e por 25 (vinte e cinco) jurados, 7 (sete) dos quais compõem o conselho de sentença, que tem competência para o processo e julgamento dos crimes dolosos contra a vida.

7. Quem é considerado isento de cumprir a função de jurado?

Segundo o CPP, são considerados isentos: Presidente da República e os Ministros de Estado; Governadores e seus respectivos Secretários; membros do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas e das Câmaras Distrital e Municipais; Prefeitos Municipais; Magistrados e membros do Ministério Público e da Defensoria Pública; os servidores do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública; as autoridades e os servidores da polícia e da segurança pública; os militares em serviço ativo; os cidadãos maiores de 70 (setenta) anos que requeiram sua dispensa; aqueles que o requererem, demonstrando justo impedimento.

8. É possível que ocorra citação por edital no Juizado Especial?

Não. A citação do acusado será feita no próprio juizado, sempre que possível, ou por mandado. Não é possível a citação por edital, mas admite-se a citação por hora certa. Sendo o caso de citação por edital (acusado em local incerto e não sabido), o juiz remeterá as peças para o juízo comum, onde se adotará o rito sumário.

9. Daniel era defensor público, mas se aposentou em dezembro de 2019. Há uma semana, Daniel foi denunciado por, em tese, ter praticado o crime de peculato em data anterior ao seu pedido de aposentadoria. Considerando os fatos, Daniel poderá apresentar resposta preliminar prevista para os crimes funcionais, dentro de 15 dias, antes que o juiz receba a denúncia?

Não, para fazer jus à resposta preliminar prevista no procedimento especial dos crimes funcionais (art. 514 do CPP), é preciso que o funcionário público esteja em atividade durante o oferecimento da denúncia.



10. Caio, funcionário público, e Igor, seu amigo que trabalha na iniciativa privada, armam de juntos subtrair computadores da repartição onde Caio trabalho. Os dois são processados por peculato. Considerando que o crime ocorreu em coautoria, ambos os agentes farão jus a resposta preliminar prevista para os crimes funcionais?

Não. A prerrogativa de oferecer resposta preliminar nos crimes funcionais é restrita ao funcionário, não se estendendo, portanto, a eventuais coautores. Sendo assim, no caso narrado, apenas Caio deverá ser notificado para apresentar resposta preliminar.



LISTA DE QUESTÕES ESTRATÉGICAS

1) INSTITUTO AOCP - 2024 - TRF - 2ª REGIÃO - Técnico Judiciário - Área Administrativa - Agente da Polícia Judicial - Considerando as disposições acerca dos Juizados Especiais Criminais (Lei nº 9.099/1995) e a jurisprudência dos Tribunais Superiores, assinale a alternativa correta.

- A) O Termo Circunstanciado de Ocorrência (TCO) não possui natureza investigativa, podendo ser lavrado por integrantes da polícia judiciária ou da polícia administrativa.
- B) A homologação da transação penal prevista na Lei nº 9.099/1995 faz coisa julgada material e, caso descumpridas suas cláusulas, cabe ao juiz da causa, a requerimento do Ministério Público, substituir a transação penal realizada pela respectiva sentença penal condenatória.
- C) A competência do Juizado regular-se-á pelo domicílio ou residência do réu e, não sendo este conhecido, será determinada pelo lugar em que foi praticada a infração penal.
- D) Tratando-se de ação penal de iniciativa privada ou de ação penal pública condicionada à representação, a homologação do acordo de composição dos danos civis não acarreta a renúncia ao direito de queixa ou representação.
- E) A suspensão condicional do processo e a transação penal aplicam-se na hipótese de delitos sujeitos ao rito da Lei Maria da Penha.

2) INSTITUTO AOCP - 2023 - PC-GO - Escrivão de Polícia da 3ª Classe - Sobre os procedimentos sumário e sumaríssimo, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) Na instrução do procedimento sumário, poderão ser inquiridas até 5 (cinco) testemunhas arroladas pela acusação e 5 (cinco) pela defesa.
- B) Da decisão de rejeição da denúncia ou queixa e da sentença, caberá recurso em sentido estrito, que poderá ser julgado por turma composta de cinco juízes em exercício no primeiro grau de jurisdição, reunidos na sede do Juizado.
- C) No procedimento sumário, as alegações finais serão orais, concedendo-se a palavra, respectivamente, à acusação e à defesa, pelo prazo de 20 (vinte) minutos, prorrogáveis por mais 10 (dez), proferindo o juiz, a seguir, a sentença.
- D) No procedimento sumaríssimo, durante a audiência, todas as partes e demais sujeitos processuais presentes no ato deverão respeitar a dignidade da vítima, sob pena de responsabilização civil, penal e administrativa, sendo vedada a manifestação sobre circunstâncias ou elementos alheios aos fatos objeto de apuração nos autos.
- E) No procedimento sumaríssimo, diversamente do procedimento ordinário, os embargos de declaração serão opostos por escrito ou oralmente, no prazo de cinco dias, contados da ciência da decisão.



3) INSTITUTO AOCP - 2023 - PC-GO - Escrivão de Polícia da 3ª Classe - Em relação aos procedimentos de cognição, assinale a alternativa correta.

- A) Os processos que apurem a prática de crime hediondo terão prioridade de tramitação em todas as instâncias.
- B) Serão residualmente sumários todos os procedimentos comuns que não tiverem por objeto crime cuja sanção máxima cominada for igual ou superior a 4 (quatro) anos de pena privativa de liberdade.
- C) O procedimento sumaríssimo tem rito cível e tramitação subsidiária perante os Juizados Especiais.
- D) As decisões de rejeição da denúncia e absolvição sumária possuem as mesmas causas motivadoras.
- E) As provas serão produzidas em uma só audiência, sendo defeso ao juiz indeferir aquelas hipoteticamente protelatórias, sob pena de violação ao princípio da ampla defesa.

4) INSTITUTO AOCP - 2022 - Governo do Distrito Federal - Policial Penal - Julgue o item seguinte em relação à sentença e ao procedimento comum.

O procedimento comum será ordinário quando tiver por objeto crime cuja sanção máxima cominada for igual ou superior a quatro anos de pena privativa de liberdade.

- () Certo
- () Errado

5) INSTITUTO AOCP - 2021 - MPE-RS - Técnico do Ministério Público - No tocante aos Juizados Especiais Criminais (Lei Federal nº 9.099/1995), assinale a alternativa INCORRETA.

- A) O processo perante o Juizado Especial orientar-se-á pelos critérios da oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade, objetivando, sempre que possível, a reparação dos danos sofridos pela vítima e a aplicação de pena não privativa de liberdade.
- B) Consideram-se infrações penais de menor potencial ofensivo as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a dois anos, cumulada ou não com multa.
- C) Serão objeto de registro escrito exclusivamente os atos havidos por essenciais.
- D) Da decisão de rejeição da denúncia ou queixa caberá recurso em sentido estrito, que poderá ser julgado por turma composta de três Juízes em exercício no primeiro grau de jurisdição, reunidos na sede do Juizado.
- E) Os embargos de declaração serão opostos por escrito ou oralmente, no prazo de cinco dias, contados da ciência da decisão.



6) INSTITUTO AOCP - 2020 - SEJUC - RR - Agente Penitenciário - Assinale a alternativa correta tendo em vista as normas do Código de Processo Penal.

- A) O procedimento comum será ordinário quando tiver por objeto crime cuja sanção máxima cominada seja inferior a quatro anos de pena privativa de liberdade.
- B) No procedimento ordinário, oferecida a denúncia ou queixa, o juiz, se não a rejeitar liminarmente, recebê-la-á e ordenará a citação do acusado para responder à acusação, por escrito, no prazo de quinze dias.
- C) O juiz poderá, considerada a complexidade do caso ou o número de acusados, conceder às partes o prazo de cinco dias sucessivamente para a apresentação de memoriais. Nesse caso, terá o prazo de dez dias para proferir a sentença.
- D) No procedimento comum ordinário, a audiência una de instrução e julgamento deverá ser realizada no prazo máximo de noventa dias.
- E) Na instrução do procedimento comum ordinário, poderão ser inquiridas até quatro testemunhas arroladas pela acusação e quatro pela defesa.

7) INSTITUTO AOCP - 2020 - SEJUC - RR - Agente Penitenciário - Roberto praticou crime de lesão corporal leve (art. 129, caput, do Código Penal), cuja pena máxima é de um ano de detenção. Nessas circunstâncias, considerando as disposições da Lei nº 9.099/95, assinale a alternativa correta.

- A) Roberto não poderá ser processado perante o Juizado Especial Criminal, pois o crime por ele praticado não pode ser considerado de menor potencial ofensivo.
- B) Havendo representação da vítima, não sendo caso de arquivamento, a autoridade policial que tomar conhecimento da ocorrência poderá propor a Roberto a aplicação imediata de pena restritiva de direitos ou multas, a ser especificada na proposta.
- C) A autoridade policial que tomar conhecimento do crime praticado por Roberto lavrará auto de prisão em flagrante e o encaminhará imediatamente ao Ministério Público, com o autor do fato e a vítima, providenciando-se as requisições dos exames periciais necessários.
- D) Roberto poderá ser processado perante o Juizado Especial Criminal e, na audiência preliminar, presente o representante do Ministério Público, o autor do fato e a vítima e, se possível, o responsável civil, acompanhados por seus advogados, o Juiz esclarecerá sobre a possibilidade da composição dos danos e da aceitação da proposta de aplicação imediata de pena não privativa de liberdade.
- E) Roberto poderá ser processado perante o Juizado Especial Criminal e, caso não obtida a composição dos danos civis, será encaminhado para a Autoridade Policial, que lavrará auto de prisão em flagrante delito.



8) INSTITUTO AOCP - 2019 - PC-ES - Perito Oficial Criminal - Área 8 - O Juizado Especial Criminal, provido por juízes togados ou togados e leigos, tem competência para a conciliação, o julgamento e a execução das infrações penais de menor potencial ofensivo, respeitadas as regras de conexão e continência. O Juizado Especial Criminal está regulado pela Lei nº 9.099/1995. No que se refere ao Procedimento nos Juizados Especiais Criminais, segundo a referida Lei, é correto afirmar que

- A) todas as provas serão produzidas na audiência de instrução e julgamento, podendo o Juiz limitar ou excluir as que considerar excessivas, impertinentes ou protelatórias.
- B) a sentença, que deverá conter o relatório, mencionará os elementos de convicção do Juiz.
- C) em nenhuma hipótese poderá ser oferecida queixa oralmente.
- D) da decisão de rejeição da denúncia ou queixa não caberá apelação.
- E) em sede de Juizados Especiais Criminais não cabem Embargos de Declaração, em razão do princípio da celeridade processual que rege o procedimento.



Gabarito

GABARITO



1. Letra A
2. Letra B
3. Letra A
4. CERTO
5. Letra D
6. Letra C
7. Letra D
8. Letra A



ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.